

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BOA ESPERANÇA

ATA DA REUNIÃO

Aos cinco dias de julho de dois mil e vinte e três, às oito horas e vinte minutos, reuniram-se no gabinete da Prefeitura Municipal de Boa Esperança-ES, sob a presidência da **Prefeita Fernanda Siqueira Sussai Milanese e do Secretário Municipal de Educação, Roberto Telau, a Presidenta do Conselho Municipal de Educação, Derlânia Laurete** e os Conselheiros Titulares, Erivelton Pessin, Vanessa Caliman, Maria Aparecida Meriguetti Mantovanelli Bis, Francisco José de Sousa Rodrigues, Elisiane Ventura Araujo Batista, Eliuson Antônio de Azevedo, Dilmar Fritz Alberto Schineider Batista e os Suplentes, Camila Pereira Rocha Barbeito e Ana Lucia Valani. Conforme solicitação da prefeita e do Secretário de Educação, a pauta da reunião versará sobre o Termo de Ajustamento de Gestão da Educação do TCEES. A Prefeita Fernanda iniciou a reunião dando as boas-vindas a todos os presentes, falou do quanto é gratificante participar desse momento no qual seria socializado o teor do documento assinado, bem como as proposituras elencadas pelo nosso município quanto ao mesmo. Deixou claro que, infelizmente, na reunião não iria tratar somente de coisas boas. Em seguida, a Prefeita passou a fala para o Secretário de Educação, que iniciou pedindo desculpas pela demora em se dá aquele momento, mas que eles precisavam de um tempo para se inteirar do documento e obter algumas respostas em relação ao TAG-Termo de Ajuste de Gestão, em seguida o Roberto falou de uma reunião coletiva que ocorreu em Guriri, no ano de 2022, se não lhe falha a memória, onde o Tribunal de Contas convocou os Prefeitos(a) e Secretários(as) de Educação, de forma generalizada, para falar de algumas preocupações, equívocos observados nas redes do Espírito Santo, bem como os ajustes necessários. Roberto continuou falando que o Tribunal tem a postura bem incisiva em relação ao que não está de acordo com a lei e de como eles estavam pensando em fazer o trabalho para as correções, sem precisar agir de forma punitiva. A Prefeita, pediu a fala para trazer um exemplo, socializado naquela reunião: em nosso estado tem escola que não tem banheiro, tratamento de esgoto, que a merenda é precária, etc. Ela falou que é uma situação vergonhosa que deixa o coração triste, mas que ao mesmo tempo se sente feliz, pela qualidade da educação ofertada no nosso município. O secretário retomou a fala dizendo que a prefeita foi feliz em sua colocação, quando disse que nesta reunião não iria ser tratada somente coisas boas, ressaltou que nós temos o TAG não como algo ruim, mas muito preocupante, porque existem equívocos, os quais nem podem ser contestados, além do exemplo exposto pela Fernanda, o próprio Tribunal de Contas apresentou um mapeamento que foi feito em vários municípios, mas o exemplo citado foi de São Mateus, em que em um raio de três quilômetros de circunferência tinham oito escolas e dessas oito muitas ofereciam a mesma etapa. Em uma rua tinha uma escola estadual de anos iniciais, na outra tinha uma escola municipal da mesma etapa, em uma rua tinha uma escola de ensino médio, duas ruas depois outra, sendo uma profissionalizante e a outra não. O tribunal de contas pontua essas situações como um mal uso de utilização de recursos público, e esse foi um dos maiores motivos que levou o Tribunal a fazer esses estudos no estado. Respondemos a inúmeros questionários sobre a nossa rede, número de escolas, capacidade de matrícula, dentre outros, para fazer esse mapeamento. O secretário socializou outro ponto que foi muito observado no estado, que é a questão dos diretores, que em alguns municípios são cargos comissionadas, sem critérios técnicos de escolha, muitos deles não são da área da educação e assumem a direção da escola como

cargo de confiança. Outro ponto observado foi o deslocamento dos professores entre redes, que é muito grande. Na reunião foi citado o exemplo da grande Vitória, profissionais da Serra que trabalham em Carlaçoca, Viana na Serra, etc. Realidade essa que também pertence as pequenas cidades, por exemplo a nossa, nas quais muitos professores nem almoçam por estarem nas estradas. A prefeita Fernanda falou que essa situação é muito preocupante porque influencia na saúde física e emocional do professor. O conselheiro Eliuson disse que esse foi um dos motivos que levou-o a abandonar a escola do Sobradinho, neste ano. Roberto continuou dizendo que esses três pontos principais foram observados e colocados como desafios, problemas da rede do Espírito Santo e dessa forma o Tribunal de Contas, propôs o TAG com o objetivo de reparar esses erros que são cometidos entre as redes. Isso gerou uma longa história e como proposta foi apresentada o básico que era o reordenamento das redes, a escolha dos diretores por meio de critérios técnicos bem definidos, a questão da câmara de compensação para evitar o tráfego de professores e os ajustamento das matrículas. Nesse percurso aconteceu do próprio Tribunal de Contas contestar o relator do projeto, não como forma impositiva, mas para dar aos municípios o direito de defesa, de contestação, esse foi o primeiro movimento que aconteceu. A Secretaria de Educação fez uma justificativa contestando quatro itens do TAG. Depois disso foi feito um outro movimento com as escolas de assentamento-MST, devido a uma manifestação realizada pelo Tribunal de Contas pela retirada do TAG, mantendo essas escolas de assentamento, de qualquer etapa, sobre a jurisdição da Sedu nos municípios. Em outro movimento a própria Sedu questionou sobre a Educação de Tempo Integral, que na transição gostaria que o ente que a assumisse mantivesse-a em tempo integral. Outro ponto que a Sedu contestou foi o deslocamento campo e cidade porque existe uma resolução do Conselho Estadual da Educação que não permite o fechamento da escola do campo para deslocamento para a cidade e essa resolução acompanha as Diretrizes Operacionais para Educação do Campo. O tribunal de contas acolheu a questão da não nucleação campo/cidade, mas não acolheu integralmente a questão do Tempo Integral. Disse que o Tempo Integral vai ter que ser discutido consensualmente. O estado alega que já fez todo o trabalho para cumprir o Plano Estadual de Educação no tocante ao que se refere ao tempo integral e que passando parte dos seus alunos para a rede municipal poderia prejudicar o estado no cumprimento dessa meta. Roberto disse que em meio as alterações que foram acontecendo no plano, o tribunal deu-se um prazo de trinta dias para os municípios recorrerem da decisão. Esse prazo da justificativa, impactou em nosso município, pois no início, o tribunal, inclusive o próprio Conselheiro Rodrigo sempre colocava que estavam apenas discutindo, que era consensual, não impositivo, etc. Quando foi chegando o prazo final da assinatura o discurso mudou: quem assinasse, vai ajustar a sua rede, quem não assinasse seria fiscalizado. Em um determinado momento o tribunal decidiu que quem não assinasse estava concordando integralmente com o Termo. Três municípios não assinaram, oito não se manifestaram, então fizeram uma somativa dos que não se manifestaram com os que assinaram. Os que não assinaram são obrigados cumprir integralmente o plano. Roberto frisou que o mais importante para a nossa secretaria é essa parte da justificativa, que o termo está dividido pelos objetos já mencionados: **Eliminação da concorrência, reordenamento das redes, a eleição de diretores e a regionalização** e nesse item da eliminação da concorrência é que o município de Boa Esperança apresentou justificativa, falou também que o texto geral para todos os municípios vai trazer algumas alterações e datas a serem cumpridas, exemplo: Os anos iniciais vão ser ofertados, 100%(cem por cento) pelos municípios, esta etapa não vai estar em negociação com o estado. O prazo que o

termo geral dá é para que em 2023 as vagas sejam disponibilizadas na portaria de matrícula, e em 2024 inicia-se o atendimento, para todos os municípios. O nosso município conseguiu a prorrogação dessa data para mais um ano sendo, 2024 e 2025. Os prazos para os anos finais mantiveram-se iguais aos anos iniciais. O conselheiro Erivelton questionou como ficaria os anos finais para o município, visto que ele já ficaria com 100%(cem por cento) dos anos iniciais. Roberto disse que os anos finais seria consensual entre estado e município e que o estado encomendou um estudo para ver quais são as possibilidades em todo o município, esse resultado já é do conhecimento da prefeita e do secretário. Roberto socializou que foram colocadas três opções: a melhor, a intermediária e a pior e ressaltou que o tribunal de contas não aceita que as etapas sejam fragmentadas, ou todo para o estado ou para o município. A melhor opção apontada nesse estudo para Boa Esperança, e que pode ser contestada, é que o município assumira os anos finais integralmente, menos a escola do CEIER que não entraria nessa proposta. Um dos argumentos está ligado às escolas distritais: Bela Vista, Quilômetro Vinte e Santo Antônio, porque se nos distritos assumíssemos apenas os anos iniciais o estado teria que construir novas escolas para atender os anos finais. Ao passo que se o município assumir os anos finais teríamos que resolver dois problemas: O Sobradinho e o Santos Neves, no Sobradinho não precisaríamos fazer construção. Em reunião com a Sedu conseguiu-se garantir que o ensino médio continuasse no Sobradinho, no termo foi incluída essa cláusula, pois não pode ter deslocamento campo/cidade, o que é uma vitória para o município. O que temos vislumbrado para atender o Sobradinho é uma troca de prédio, entre o Sobradinho e o CMEI Criança Feliz, nessa troca precisaríamos pedir a adaptação da escola, pois não temos condições financeiras para arcar com os custos. Ou seja, assumiríamos desde que não precisássemos fazer as adaptações, do ponto de vista estrutural em Sobradinho não é um problema sério, mas tem o financeiro. O nosso maior gargalo é o Santos Neves, que atende em torno de duzentas e oitenta matrículas e o nosso município não tem nenhuma estrutura na sede para atender a esse público, além disso a estrutura dessa escola é muito grande, a localização no centro gera algumas preocupações. Roberto e Fernanda disseram que estão estudando algumas alternativas, mas que é tudo muito inicial. Retomando o assunto do CEIER, Roberto disse que os três municípios que atendem nessa modalidade, preocupados com a situação, agendaram uma pauta com o Conselheiro Rodrigo na qual foram apresentadas as histórias das escolas, o perfil de atendimento, o início com os anos finais, a expansão para o ensino médio, pontuaram que os municípios não têm o arca bolso pedagógico nem financeiro, devido aos custos dos investimentos. Diante ao exposto ficou decidido que o CEIER vai estar contemplado no Tag, mas não entrará no Plano de Ação, isso é consenso também entre SEDU e o Tribunal de Contas. O Conselheiro, Erivelton questionou sobre o impacto financeiro, caso o município absorva os profissionais concursados do estado. Roberto disse que o impacto financeiro é a grande preocupação, mas que o estado tem sinalizado que não vai passar os profissionais para os municípios, dessa forma o estado fica mais estável que os municípios, com somente uma etapa de ensino, profissionais fixos. Falou também sobre o repasse de recurso, mesmo que ficar acordado a transição para 2024, devido ao censo, o repasse não vem ainda para o município, mas já está acordado que esse recurso vai ser feito, ou seja, passou aluno de uma rede para a outra o valor equivalente aquele número de matrícula vai ser repassado no primeiro ano e no segundo ano o município já começará a receber. Erivelton retomou a fala dizendo que quando teve conhecimento desse acordo solicitou no grupo uma reunião, porque enquanto presidente do Fundeb fica preocupado em absorver todo os anos finais do

ensino fundamental, que vai gastar cem por cento (100%) do Fundeb e não vai dá e que isso pode virar algo insustentável. Roberto falou que o que foi passado para os municípios é que o Fundeb não custeia as nossas contas e que a nossa preocupação não é só com a folha de pagamento, mas alimentação. A prefeita disse que não sabe a data, mas que vai virar algo insustentável. Como e quando vai ser não se tem a resposta, o Erivelton questionou se não é mais fácil devolver os anos finais para o estado, visto que eles tem mais recurso que o município. O secretário disse que o sindicato não concorda, que o pressuposto do termo é ajustar os erros e esse seria um erro do ponto de vista financeiro. O presidente do Fundeb disse que leu no site do tribunal e em manchetes de jornal que o estado também pode absorver os anos iniciais, quando chegar a um consenso. Roberto continuou falando que pode, desde que tenha responsabilidade sobre a aplicação dos recursos e que o tribunal de contas não vai aceitar uma situação dessas, falou também que o que nos deixa mais aliviados é que essa transição do sexto (6º) ao nono (9º) ano tem até dez anos para ser efetivada, ou seja, o plano tem prazo, mas pode ser executado em até dez anos. Em relação a escola do Sobradinho o secretário acha que não precisa ser progressivo, porque compartilhar prédio é uma experiência reprovável, Já para os Santos Neves pode fazer um plano para longos anos para ser progressivamente absorvido. O Erivelton perguntou se a construção da Escola Izaura que ele viu no diário oficial é pensando no Tag, Roberto respondeu que aquela obra é para atender o Tempo Integral, visto que não cumprimos nenhuma meta ainda, nem cinquenta (50%) das escolas nem vinte e cinco (25%) de matrículas. A prefeita falou que em alguns anos não teremos mais escola parcial e que teremos que nos adequar ao tempo integral. O secretário continuou falando que o que nos deixa mais esperançosos são as complementações do Fundeb com previsão até 2026, sinais do FNDE de aumento dos repasses federais, a possibilidade de torna-se fixo a transferência de fundo a fundo do estado para os municípios não somente par construção, reforma e ampliação, mas também para a manutenção das redes. O Secretário ressaltou que para Boa Esperança a situação não está fácil, mas que para alguns municípios está bem mais preocupante, pois alguns só ofertam creche. Erivelton perguntou sobre a questão regional do professor, se no nosso caso não vai interferir em nada. Roberto disse que tem muita vontade de melhorar a nossa situação, pois no município temos a cessão e a permuta, mas é uma coisa que depende muito dos prefeitos. Precisamos aprimorar isso tanto na nossa rede quanto nas demais. Citou um exemplo interno de um professor da rede que mora em Guriri e que se desloca todos os dias para trabalhar na nossa cidade e atende a duas escolas. Ao passo que podria com a câmara de compensação alocar o professor em uma única escola de modo que ele continue progredindo na carreira, continua com os benefícios, etc. O reordenamento da rede traz esse sufoco, mas também um norte. Roberto fez alguns encaminhamentos para o conselho: ficar atentos às datas e normativas, principalmente em relação à questão do deslocamento campo/cidade, esse precisa de ser normatizado pelo conselho. Disse que não podemos esperar o Tag para ver essa questão, temos que nos adiantar a normatização do transporte escolar, dá atenção às Diretrizes da Educação do Campo, pois os jeitinhos dados há tempos no transporte estava custando aos cofres públicos mais de 400 mil reais. Nada mais havendo a ser tratado, a Prefeita e o Secretário de Educação encerram a reunião agradecendo a presença de todos, falou que a documentação apresentada está disponível no site do Tribunal de Contas, mas que eles também poderiam disponibilizar. A presidenta do Conselho, Derlânia, estendeu os agradecimentos em nome do conselheiros à prefeita e ao secretário, pelos esclarecimentos compartilhados. Consignamos que participaram da reunião:

termo geral dá é para que em 2023 as vagas sejam disponibilizadas na portaria de matrícula, e em 2024 inicia-se o atendimento, para todos os municípios. O nosso município conseguiu a prorrogação dessa data para mais um ano sendo, 2024 e 2025. Os prazos para os anos finais mantiveram-se iguais aos anos iniciais. O conselheiro Erivelton questionou como ficaria os anos finais para o município, visto que ele já ficaria com 100%(cem por cento) dos anos iniciais. Roberto disse que os anos finais seria consensual entre estado e município e que o estado encomendou um estudo para ver quais são as possibilidades em todo o município, esse resultado já é do conhecimento da prefeita e do secretário. Roberto socializou que foram colocadas três opções: a melhor, a intermediária e a pior e ressaltou que o tribunal de contas não aceita que as etapas sejam fragmentadas, ou todo para o estado ou para o município. A melhor opção apontada nesse estudo para Boa Esperança, e que pode ser contestada, é que o município assumira os anos finais integralmente, menos a escola do CEIER que não entraria nessa proposta. Um dos argumentos está ligado às escolas distritais: Bela Vista, Quilômetro Vinte e Santo Antônio, porque se nos distritos assumíssemos apenas os anos iniciais o estado teria que construir novas escolas para atender os anos finais. Ao passo que se o município assumir os anos finais teríamos que resolver dois problemas: O Sobradinho e o Santos Neves, no Sobradinho não precisaríamos fazer construção. Em reunião com a Sedu conseguiu-se garantir que o ensino médio continuasse no Sobradinho, no termo foi incluída essa cláusula, pois não pode ter deslocamento campo/cidade, o que é uma vitória para o município. O que temos vislumbrado para atender o Sobradinho é uma troca de prédio, entre o Sobradinho e o CMEI Criança Feliz, nessa troca precisaríamos pedir a adaptação da escola, pois não temos condições financeiras para arcar com os custos. Ou seja, assumiríamos desde que não precisássemos fazer as adaptações, do ponto de vista estrutural em Sobradinho não é um problema sério, mas tem o financeiro. O nosso maior gargalo é o Santos Neves, que atende em torno de duzentas e oitenta matrículas e o nosso município não tem nenhuma estrutura na sede para atender a esse público, além disso a estrutura dessa escola é muito grande, a localização no centro gera algumas preocupações. Roberto e Fernanda disseram que estão estudando algumas alternativas, mas que é tudo muito inicial. Retomando o assunto do CEIER, Roberto disse que os três municípios que atendem nessa modalidade, preocupados com a situação, agendaram uma pauta com o Conselheiro Rodrigo na qual foram apresentadas as histórias das escolas, o perfil de atendimento, o início com os anos finais, a expansão para o ensino médio, pontuaram que os municípios não têm o arca bolso pedagógico nem financeiro, devido aos custos dos investimentos. Diante ao exposto ficou decidido que o CEIER vai estar contemplado no Tag, mas não entrará no Plano de Ação, isso é consenso também entre SEDU e o Tribunal de Contas. O Conselheiro, Erivelton questionou sobre o impacto financeiro, caso o município absorva os profissionais concursados do estado. Roberto disse que o impacto financeiro é a grande preocupação, mas que o estado tem sinalizado que não vai passar os profissionais para os municípios, dessa forma o estado fica mais estável que os municípios, com somente uma etapa de ensino, profissionais fixos. Falou também sobre o repasse de recurso, mesmo que ficar acordado a transição para 2024, devido ao censo, o repasse não vem ainda para o município, mas já está acordado que esse recurso vai ser feito, ou seja, passou aluno de uma rede para a outra o valor equivalente aquele número de matrícula vai ser repassado no primeiro ano e no segundo ano o município já começará a receber. Erivelton retomou a fala dizendo que quando teve conhecimento desse acordo solicitou no grupo uma reunião, porque enquanto presidente do Fundeb fica preocupado em absorver todo os anos finais do

ensino fundamental, que vai gastar cem por cento (100%) do Fundeb e não vai dá e que isso pode virar algo insustentável. Roberto falou que o que foi passado para os municípios é que o Fundeb não custeia as nossas contas e que a nossa preocupação não é só com a folha de pagamento, mas alimentação. A prefeita disse que não sabe a data, mas que vai virar algo insustentável. Como e quando vai ser não se tem a resposta, o Erivelton questionou se não é mais fácil devolver os anos finais para o estado, visto que eles tem mais recurso que o município. O secretário disse que o sindicato não concorda, que o pressuposto do termo é ajustar os erros e esse seria um erro do ponto de vista financeiro. O presidente do Fundeb disse que leu no site do tribunal e em manchetes de jornal que o estado também pode absorver os anos iniciais, quando chegar a um consenso. Roberto continuou falando que pode, desde que tenha responsabilidade sobre a aplicação dos recursos e que o tribunal de contas não vai aceitar uma situação dessas, falou também que o que nos deixa mais aliviados é que essa transição do sexto (6º) ao nono (9º) ano tem até dez anos para ser efetivada, ou seja, o plano tem prazo, mas pode ser executado em até dez anos. Em relação a escola do Sobradinho o secretário acha que não precisa ser progressivo, porque compartilhar prédio é uma experiência reprovável, Já para os Santos Neves pode fazer um plano para longos anos para ser progressivamente absorvido. O Erivelton perguntou se a construção da Escola Izaura que ele viu no diário oficial é pensando no Tag, Roberto respondeu que aquela obra é para atender o Tempo Integral, visto que não cumprimos nenhuma meta ainda, nem cinquenta (50%) das escolas nem vinte e cinco (25%) de matrículas. A prefeita falou que em alguns anos não teremos mais escola parcial e que teremos que nos adequar ao tempo integral. O secretário continuou falando que o que nos deixa mais esperançosos são as complementações do Fundeb com previsão até 2026, sinais do FNDE de aumento dos repasses federais, a possibilidade de torna-se fixo a transferência de fundo a fundo do estado para os municípios não somente par construção, reforma e ampliação, mas também para a manutenção das redes. O Secretário ressaltou que para Boa Esperança a situação não está fácil, mas que para alguns municípios está bem mais preocupante, pois alguns só ofertam creche. Erivelton perguntou sobre a questão regional do professor, se no nosso caso não vai interferir em nada. Roberto disse que tem muita vontade de melhorar a nossa situação, pois no município temos a cessão e a permuta, mas é uma coisa que depende muito dos prefeitos. Precisamos aprimorar isso tanto na nossa rede quanto nas demais. Citou um exemplo interno de um professor da rede que mora em Guriri e que se desloca todos os dias para trabalhar na nossa cidade e atende a duas escolas. Ao passo que podia com a câmara de compensação alocar o professor em uma única escola de modo que ele continue progredindo na carreira, continua com os benefícios, etc. O reordenamento da rede traz esse sufoco, mas também um norte. Roberto fez alguns encaminhamentos para o conselho: ficar atentos às datas e normativas, principalmente em relação à questão do deslocamento campo/cidade, esse precisa de ser normatizado pelo conselho. Disse que não podemos esperar o Tag para ver essa questão, temos que nos adiantar a normatização do transporte escolar, dá atenção às Diretrizes da Educação do Campo, pois os jeitinhos dados há tempos no transporte estava custando aos cofres públicos mais de 400 mil reais. Nada mais havendo a ser tratado, a Prefeita e o Secretário de Educação encerram a reunião agradecendo a presença de todos, falou que a documentação apresentada está disponível no site do Tribunal de Contas, mas que eles também poderiam disponibilizar. A presidenta do Conselho, Derlânia, estendeu os agradecimentos em nome do conselheiros à prefeita e ao secretário, pelos esclarecimentos compartilhados. Consignamos que participaram da reunião:

Prunella laevis